



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Consórcio para subsidiar ônibus do Entorno só aguarda aval da ANTT

Na última sexta-feira, o Ministério dos Transportes declinou de participar do consórcio interfederativo formado pelo DF e GO. Ontem, a ANTT fez a primeira reunião para que possa, em até 30 dias, dar o aval para a formação de um modelo gestor comum

EXCLUSIVO - A novela para que se encontre uma solução para o transporte público do Entorno do DF, que se arrasta há anos, ganhou um novo prazo: 30 dias. Essa é a expectativa dos agentes políticos que estão por trás das negociações para a formação do consórcio interfederativo entre o Distrito Federal e Goiás, segundo apurou “Brasilianas”.

Ontem, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já realizou a primeira reunião com representantes do DF e de Goiás. Foi uma reunião rápida, mas a agência reguladora se colocou à disposição para auxiliar os governos em todos os processos.

Este prazo de 30 dias foi apresentado pela própria ANTT, quando no início da noite de sexta-feira (22 de agosto), por meio da Deliberação nº 290/2025, determinou que o aumento das passagens dos ônibus que atendem o Entorno do DF fosse adiado por mais 30 dias. Isso porque até então a previsão do reajuste de 2,91% era de entrar em vigor a partir das 0h do dia seguinte, 23 de agosto.

Este foi o segundo adiamento deste reajuste, este ano. No dia 22 de fevereiro, a ANTT já havia atendido ao pedido dos governadores do DF, Ibaneis Rocha (MDB), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União), para evitar o reajuste - uma vez que tanto as passagens do DF quanto as de Goiânia estão congeladas desde 2020 e 2019, respectivamente.

Na quarta-feira da semana passada (20), os dois governadores enviaram ofícios ao Ministério dos Transportes e à ANTT solicitando que o reajuste previsto não fosse aplicado agora, pois ambos estão finalizando as tratativas para formalizar o Consórcio Interfederativo da Região Metropolitana do Entorno

do Distrito Federal (que ganhou a horrorosa sigla de CIRME. Onde estão os marqueteiros desses dois governos???)

Voltando ao pedido dos governadores: além do adiamento do reajuste, ambos enviaram ao Ministério dos Transportes minuta de um protocolo de intenções e pediram que ele (leia-se, o Governo Federal) decidisse se iria ou não participar do consórcio em estudo. Isso porque, quando se iniciaram as tratativas para a formação dele, há dois anos, uma das alternativas em estudo seria a de o Governo Federal entrar com parte dos recursos (neste caso, aportes financeiros, dinheiro mesmo) para subsidiar a passagem dos ônibus interestaduais.

Na sexta-feira (22), o ministro dos Transportes, Renan Filho, encaminhou resposta aos dois governadores. “Brasilianas” teve acesso ao documento. Nele, o ministério dos Transportes declina da participação federal no consórcio interfederativo.

“A eventual participação direta da União em consórcios dessa natureza, especialmente com

aportes financeiros para subsídio tarifário, encontra limitações tanto do ponto de vista das competências legalmente atribuídas a esta Pasta - voltadas à formulação, coordenação e supervisão da política nacional de transporte rodoviário - quanto das diretrizes atuais da política pública federal. Tal atuação extrapolaria o papel institucional do Ministério dos Transportes, que não compreende a gestão direta ou o custeio de sistemas tarifários locais ou regionais”, afirma o ministro Renan Filho. “Ademais, poderia ensejar demandas semelhantes de outros entes federativos, comprometendo a uniformidade, o equilíbrio e a sustentabilidade fiscal das ações governamentais”, completou.

Segundo o Ministério dos Transportes, a eventual participação da União como ente consorciado “exigiria análise técnica e jurídica por parte de outros Ministérios, a depender das obrigações e contrapartidas que venham a ser definidas no âmbito do subsídio proposto”. A pasta cita que pelo menos o Ministério das Cidades e a Casa



Atualmente, existem 396 linhas de ônibus que ligam 11 municípios de Goiás ao DF

Civil da Presidência da República teriam de ser ouvidos. “Seria necessário um processo de tramitação mais prolongado, incompatível com a urgência que se impõe à iniciativa”, conclui.

De toda forma, a saída do Ministério da proposta do consórcio não elimina a participação da União na melhoria do transporte público da região. Continuam válidos (e em andamento) as tratativas para a implantação de uma linha de BRT ligando Luziânia (GO) a Santa Maria (DF) - que já tem recursos previstos no PAC Mobilidade - e também a da viabilidade de transformar a linha férrea de carga para o uso misto, com transporte de passageiros, desde a Cidade Ocidental até a Rodoferroviária - o chamado VLT do Entorno.

ANTT representará a União

A ANTT, segundo o Ministério dos Transportes, “no exercício de sua competência legal de regulação e fiscalização do transporte rodoviário interestadual de passageiros, poderá participar do consórcio na qualidade de interveniente, como representante da União”.

Joel Rodrigues/Agência Brasília



so que ela “considere os interesses direto das unidades da federação (DF e GO)” e que, para isso, está aguardando o encaminhamento - por parte dos dois governos - do Protocolo de Intenções e do cronograma de implementação. Ainda segundo o Ministério, a ANTT já fez a solicitação formal deles.

Próximos passos

Em havendo a anuência da ANTT para essa solicitação - que inclui “a definição, de maneira coordenada, dos termos de operacionalização das funções de gestão, planejamento, regulação, execução e fiscalização”, além da avaliação, em conjunto com os órgãos competentes, “sobre o aporte orçamentário necessário à plena implementação do Consórcio Interfederativo”, ambos os governos terão de levar a proposta para análise de suas casas legislativas.

No caso, no DF, a Câmara Legislativa. Em Goiás, a Assembleia Legislativa. Ambas terão de autorizar os governadores de suas unidades a assinarem o ingresso no consórcio.

Segundo apuração de “Brasilianas”, tanto o DF quanto Goiás já dispõem de todos os documentos necessários. E, mais do que isso: têm a vontade política para resolver logo tudo isso e criar a saída para custear as passagens de ônibus do Entorno.

Tanto para Caiado quanto para Ibaneis, são importantes moedas eleitorais, considerando que em 2026 ambos serão candidatos.



Tamanho do transporte público do Entorno: 94,3% de todos os passageiros do país

Em vários locais do Brasil, existe o chamado transporte semiurbano - que é quando o ônibus “atravessa” a fronteira entre duas Unidades da Federação que, na prática, estão juntas. É o caso de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) e também entre Teresina (PI) e Timon (MA), entre outros.

Pois bem... segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos 58,7 milhões de passageiros anuais do transporte semiurbano interestadual de todo o país, 55,35 milhões são do Entorno do DF. Esse número representa 94,30% de todo o modal.

Em todos os demais Estados, a responsabilidade da gestão do funcionamento desse transporte semiurbano é dos municípios, eventualmente com apoio de seus Estados. Mas como o Distrito Federal tem uma es-

trutura diferenciada (que mistura as atribuições de Estado e de Município, além de ser a Capital Federal), entre o DF e essas cidades limítrofes a atribuição é da União, por meio da ANTT.

Para especialistas, essa repartição de competências gera prejuízos à população, tais como viagens demasiadamente longas e sobreposição de tarifas. Esse problema é um dos que o Consórcio Interfederativo pretende corrigir.

Um dos principais desafios para a criação de uma estrutura compartilhada do transporte no DF e Entorno é a necessidade de interligação dos sistemas de tecnologia. Para isso, serão necessários investimentos e a implantação de melhorias dos terminais existentes, além do redimensionamento de linhas internas do Distrito Federal.

Famílias treinam cães-guias

Corpo de Bombeiros inaugura centro de treinamento e procura famílias socializadoras

Por Thamiris de Azevedo

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal inaugurou o Centro de Treinamento de Cães de Assistência. A unidade é responsável pela formação de cães-guias para pessoas com deficiência visual e cães de apoio destinados a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sob o cuidado de bombeiros especialmente treinados para essa missão.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o major João Gilberto Cavalcanti explica que o projeto é dividido em três eixos com atuações distintas. Na última sexta-feira (22), oito cães da raça Pastor Alemão foram entregues a famílias socializadoras.

“Esses cães nascem e, após mais ou menos 100 dias, entram para famílias socializadores que se inscreveram e foram aceitas. Eles passam entre dez meses e um ano nestes lares. Depois, retornam aqui para o centro e começamos treinamento específico, que dura entre quatro e cinco meses”, detalha.

Após o treinamento, os animais são destinados para pessoas com deficiência visual cadastradas em um banco nacional de doações. A seleção é feita pela corporação, que entra em contato com os candidatos, que também passam por um período de orientações.

“Eles passam por um curso de orientação e mobilidade para que possam aprender a manusear o cão e, depois, veri-

ficamos se realmente a pessoa está apta para receber esse animal. Depois de um processo de adaptação entre o cachorro e a pessoa, ele o leva para casa, mas nós continuamos acompanhando”, explica o tenente.

Apoio a TEA

O atendimento a crianças com TEA segue uma abordagem diferente. Os cachorros fazem visitas em escolas da rede pública do DF.

“Hoje atuo como diretor de uma escola cívico-militar, e por isso apresentei esse projeto de cães na corporação. O que acontece, todas as escolas são da Secretaria de Educação tem uma sala chamada ‘sala de recursos’ que recebe alunos neurodivergentes. Nós vamos

visitá-las com duas vezes por semana para fazer esse atendimento para as crianças. É importante para desenvolver a interação”, relata.

Cavalcanti esclarece que no planejamento ainda existe um terceiro eixo. Neste que começou nesta segunda-feira (25), estudantes de escolas cívico-militares, entre 13 e 16 anos, recebem um curso de adestramento certificado de 140 horas.

“Para essa modalidade, estamos selecionando cães provenientes de ONGs. Sabemos que os animais que chegam aos abrigos são mais vulneráveis. Por isso, após passarem pelo adestramento, eles são colocados para adoção”, explica o diretor.



Cães ficam com famílias antes de se tornarem guias

CBMDF